

ATA DA 005ª SESSÃO ESPECIAL DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2012, ÀS 19 HORAS
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO
COMEMORAÇÃO DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE DE
2012, COM O TEMA *FRATERNIDADE E SAÚDE PÚBLICA*
PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA

SUMÁRIO

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Destaca a saúde como direito básico do cidadão que não vem sendo atendido a contento pelo poder público.

ADEMIR FREITAS - Manifesta-se sobre os meios de divulgação da Campanha da Fraternidade.

SECRETÁRIO ACÉLIO CASAGRANDE - Reconhece a importância da Campanha da Fraternidade para promover amplo debate com a sociedade sobre a saúde.

DOM WILSON TADEU JÖNCK - Agradece o espaço para divulgar e debater o tema da Campanha da Fraternidade 2012.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido para compor a mesa as autoridades a seguir nominadas:

Sua excelência reverendíssima dom Wilson Tadeu Jönck, arcebispo metropolitano de Florianópolis;
(Palmas)

Senhor Ademir Freitas, secretário executivo do Regional Sul 4 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil;
(Palmas)

Senhor Acélio Casagrande, secretário adjunto da Saúde, representando neste ato o secretário Dalmo Claro de Oliveira;
(Palmas)

Senhor Nestor Fetter e senhora Vilma Fetter, coordenadores da arquidiocese da Pastoral Familiar;

(Palmas)

Senhora Marilda de Souza Velho, coordenadora regional da Pastoral da Saúde de Santa Catarina, Regional Sul 4;

(Palmas)

Senhora Jaci Helena Perottoni, coordenadora da Pastoral da Saúde da arquidiocese de Florianópolis;

(Palmas)

Senhora Maria Luiza de Souza Nogueira, coordenadora da Pastoral dos Enfermos da arquidiocese de Florianópolis;

(Palmas)

Senhoras e senhores!

A presente sessão foi convocada por solicitação deste deputado e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares, em comemoração à Campanha da Fraternidade de 2012, com o tema Fraternidade e Saúde Pública.

Neste momento teremos a interpretação do Hino Nacional pelo Coral Santa Cecília, sob a regência do maestro padre Ney Brasil Pereira, acompanhado do Quarteto de Metais da Banda da Polícia Militar de Santa Catarina.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Registramos a presença das seguintes autoridades:

Reverendíssimo padre Pedro José Koehler, coordenador da Pastoral do Turismo Religioso e capelão do Imperial Hospital de Caridade;

Senhora Carmen Souto, coordenadora diocesana da Pastoral da Pessoa Idosa;

Senhora Karla Santos Colombi, chanceler do Tribunal Eclesiástico Regional de Florianópolis;

Reverendíssimo padre Luiz Chang, orientador religioso e professor do Colégio Catarinense deste município;

Reverendíssimo padre Hélio Luciano, vigário da paróquia São Sebastião do município de Tijucas;

Senhor Fernando Tristão, representando neste ato o Movimento Familiar Cristão;

Senhora Maria da Glória da Silva, coordenadora dos Grupos Bíblicos em Família;

Senhor Manoel Timóteo de Oliveira, jornalista, diretor de Promoções e Eventos da Associação Catarinense de Imprensa, representando o presidente Ademir Arnon;

Reverendíssimo padre Sereno Boesing, representando neste ato o Apostolado da Oração da arquidiocese;

Reverendíssimo padre Revelino Seidler, coordenador da Pastoral da Arquidiocese;

Diácono João Flávio Vendrúsculo, representando neste ato a Paróquia Nossa Senhora de Fátima, do Estreito;

Senhora Tânia Maria Stimamiglio, coordenadora do Movimento dos Focolares;

Irmã Enedina Sacheti, representando neste ato as irmãs da Divina Providência;

Senhora Junara Ferraz, presidente do Partido Social Democrata Cristão;

Senhora Ivete Kretzer dos Santos, coordenadora do Apostolado da Oração Nossa Senhora de Fátima;

Senhora Maria Aroni Rauen, representando neste ato a Conferência dos Religiosos do Brasil;

Senhor Ivan dos Santos, coordenador do Conselho Pastoral Paroquial do Santuário Nossa Senhora de Fátima, do bairro Estreito;

Senhora Odete Aparecida da Silveira, membro do Movimento Mãe Peregrina do Santuário Nossa Senhora de Fátima, no Estreito;

Reverendíssimo padre Francisco Gomes, diretor do jornal *Missão Jovem*;

Senhora Luiza Rosa Cavalcante Schaefer, coordenadora do Movimento Vocacional Serra do Regional Sul 4;

Irmã Cléa Fuck, coordenadora arquidiocesana da Pastoral de Coroinhas;

Senhora Leda Cassol Vendrúsculo, membro da Coordenação de Pastoral da arquidiocese de Florianópolis;

Reverendíssimo padre Vânio da Silva, reitor do Seminário Teológico da arquidiocese de Florianópolis;

Senhor José Marcos Moser, presidente do Movimento de Emaús do secretariado de Florianópolis;

Reverendíssimo padre Vilson Groh, presidente do Instituto Padre Vilson Groh.

A seguir teremos a apresentação de vídeo relativo à Campanha da Fraternidade de 2012.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

(Palmas)

Neste momento faço uso da palavra na qualidade de autor do requerimento que ensejou a presente sessão.

(Passa a ler.)

"A igreja, através da CNBB, desde o princípio da Campanha da Fraternidade propõe temas expressivos para reflexão e ação junto à sociedade. No entanto, acredito que nenhum tema atinge tantas pessoas quanto à saúde, que neste ano ganha destaque especial no período da Quaresma.

A saúde tem diversas dimensões, não trata somente das questões físicas do ser humano. Saúde é cultivar o equilíbrio psicológico às ações de nossa vida cotidiana. Saúde é ver nos outros somente o bem e buscar sempre o que há de virtuoso na essência humana. Também é promover o bem, trabalhar diariamente por uma sociedade mais saudável do ponto de vista da equidade e da justiça social e, muito importante: saúde também é meio ambiente saudável, é reduzir a utilização de agrotóxicos, é priorizar a agricultura orgânica, é preservar a água, a terra e ar puros. Todas essas medidas são significativas, como a Campanha da Fraternidade de 2011 buscou apontar de maneira tão oportuna.

Mas voltando-me a uma dimensão pontual, à saúde física, acredito que tenhamos nesta Campanha da Fraternidade uma responsabilidade grande de debater, agir e alertar para os rumos que nossa sociedade toma quando trata o tema do atendimento em saúde na área pública.

A Constituição Federal preconiza que a saúde é direito de todos e dever do estado.

Diariamente nosso povo sofre nas filas dos hospitais e ambulatorios em busca de atendimento. E por mais que tenhamos avançado tanto na prevenção quanto no atendimento curativo, ambos ainda precisam melhorar muito para garantir respeito e dignidade à população. E quando falamos em sofrimento, estamos falando em desrespeito à vida e, em geral, desrespeito à vida de pessoas humildes, trabalhadoras e que muitas vezes entregam suas famílias a um sistema falho e desumano.

Se o investimento em prevenção diminui em até 50% os custos nos tratamentos curativos, por que isso não é uma prioridade para os poderes públicos? Se diagnósticos precoces não só ampliam as condições de cura, como também levam à economia de recursos, por que não reforçar esse setor? E assim podemos fazer-nos dezenas de perguntas oportunas.

O estado de Santa Catarina, por exemplo, deve respeitar o percentual mínimo de aplicação de 12% da receita líquida anual em saúde, conforme previsto na Constituição Federal. No entanto, os fundos criados na estrutura do estado estão obrigados a garantir a manutenção desse percentual mínimo de aplicação. É preciso que o estado tenha uma atitude corajosa e resguarde os recursos da saúde, investindo o que é direito.

Já em nível federal, esperamos por mais de uma década pela regulamentação da Emenda n. 29, que entre outros temas deveria garantir no mínimo 10% dos recursos da união para o setor. No entanto, numa manobra questionável, o projeto de regulamentação foi modificado e aprovado sem esta obrigação.

O texto, senhoras e senhores, já não garante uma mudança significativa da realidade da saúde pública no país. Enfim, o governo federal também deve explicações e precisa, como outros níveis do Executivo, olhar para os números da saúde como números humanos. Eles indicam quantos irmãos e

irmãs sofrerão e morrerão por conta de nossa negligência.

O investimento atual é insignificante diante da importância que a saúde representa para o nosso povo. A Constituição Federal de 1988 está sendo desrespeitada cotidianamente, pois os arts. 196 e 227, que em resumo garantem atendimento gratuito e integral, na maioria dos casos não têm eficácia prática. É um desrespeito à dignidade da pessoa humana.

Então, este tema nos desafia, impele-nos a agir, porque nada é definitivo para quem luta e segue com fé seus objetivos. Todos que aqui estão acreditam na possibilidade de mudança, na nossa esperança, na nossa ação engajada, na nossa palavra e no nosso ato de fé ancorado em ideais sólidos.

E a prova maior do que podemos fazer a diferença é a atuação das Pastorais da Saúde e da Criança, pois ambas mudaram a realidade das áreas em que atuam. A mortalidade infantil foi reduzida drasticamente também pela ação da pastoral. Já o trabalho na área da saúde trouxe não só esperança, alento físico e orientação preventiva para as pessoas, mas também garantiu conforto e amparo a muitas famílias.

Hoje, quando estamos aqui reunidos em nome de um tema tão crucial, cabe-nos impor um desafio: não esmorecer e seguir, com fé e esperança, na direção de uma sociedade saudável em sua totalidade e que não mais permita que seus filhos e filhas sofram em razão da negligência e da falta de humanidade.

Enfim, para que a fraternidade social seja verdadeira, é preciso saúde pública de qualidade, um grande desafio que devemos abraçar."

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Convido, neste momento, para fazer uso da palavra o sr. Ademir Freitas, secretário executivo do Regional Sul 4 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

O SR. ADEMIR FREITAS - Gostaria de agradecer inicialmente a oportunidade que o deputado Padre

Pedro Baldissera está-nos dando. Também gostaria de homenagear a presença de dom Wilson Tadeu Jönck, nosso presidente regional; dona Marilda, coordenadora regional da Pastoral da Saúde e todos os demais componentes da mesa.

Meus irmãos e minhas irmãs, seguindo o caminho de 1981 e de 1984, estamos nesta Campanha da Fraternidade tratando de saúde. Em 1981 o tema era Saúde para Todos e em 1984, Para que todos tenham vida! Já neste ano é que a saúde se difunda sobre a Terra.

Nós, no Regional Sul 4 da CNBB, procuramos apoiar as nossas dioceses, subsidiar, ajudar e colaborar e para isso tivemos a oportunidade, em outubro do ano passado, de realizar um seminário apoiado por assessores, quando tivemos a presença de um assessor do coordenador nacional da Pastoral da Aids, a presença de outros assessores, como o dr. João Pedro Carreirão, e dos nossos irmãos que estão nos Conselhos Municipais e no Conselho Estadual de Saúde. Naquela oportunidade pudemos difundir para todas as dioceses o texto básico da Campanha da Fraternidade.

O que estamos fazendo sob o ponto de vista operacional da campanha? Procuramos divulgá-la nos cartazes, pelas orações, cantos e folhetos das nossas missas, pelas palestras em escolas, pelos debates em universidades, pela divulgação no rádio, na televisão e nas revistas diocesanas.

A Campanha da Fraternidade está sempre presente também nos livros dos nossos grupos de família, que estão tratando, agora na Quaresma, desse tema, além de outros meios de publicação, como a *Folha da Saúde*, que é o caso da diocese de Criciúma.

Também realizamos palestras diversas nas Câmaras de Vereadores dos municípios catarinenses e atuamos ainda através da nossa catequese, da participação nos Conselhos Municipais e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, em fóruns populares de saúde, divulgando a carta de direitos dos usuários do SUS; também através de palestras em grupos de famílias, escolas e nos

colégios católicos. Inclusive, as próprias escolas por essa consciência estão conseguindo com que essa carta seja replicada e divulgada em muitos espaços da nossa sociedade.

Toda a rede de agentes da Pastoral da Saúde, presente em todos os municípios de Santa Catarina, aproveita todas as oportunidades para divulgar a campanha seja em ônibus, nas filas de banco, em todas as oportunidades.

Procuramos fazer o quê? Procuramos conscientizar para o bem viver, para termos uma boa saúde, uma saúde plena. No seminário que fizemos também encaminhamos vários gestos concretos. E um deles foi acolher em nosso meio e prover recursos para que nossos irmãos e irmãs que estivessem limitados por algum tipo de deficiência pudessem conosco usufruir da evangelização, pela adoção de meios de linguagem de sinais.

Por certo dom Wilson falará dos objetivos específicos da campanha, mas algo mantém aceso o nosso coração: o SUS, a defesa que devemos fazer desse sistema e o seu justo financiamento. Outro item que aquece nosso coração é a oportunidade de podermos acompanhar as ações da gestão pública.

Quando fui convidado para aqui estar aproveitei para escutar, ver e ler alguma coisa que acontece neste Parlamento a respeito da saúde, pois esta Casa é uma caixa de ressonância de Santa Catarina. E vi que muita coisa aqui está sendo feita.

Então, qual é o nosso grande e primeiro objetivo? É mobilizar toda a nossa gente, católicos ou de outras religiões, irmãos nossos, a fazer esse acompanhamento, porque a saúde é muito importante para todos. Muitas vezes quando pensamos não estar utilizando o SUS, até de manhã cedo, ao tomarmos nosso café e comemos nosso pão, temos que lembrar que tudo foi inspecionado pela Vigilância Sanitária, que é SUS.

Então, a saúde é muito importante e gostaria de novamente agradecer esta oportunidade.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Registramos a presença da sra. Fabíola Goulart, representando neste ato a Renovação Carismática Católica e o setor da juventude da arquidiocese de Florianópolis.

Convido o sr. Acélio Casagrande, secretário adjunto da Saúde, que representa o secretário Dalmo Claro de Oliveira, para fazer uso da palavra.

O SR. SECRETÁRIO ACÉLIO CASAGRANDE - Primeiramente, gostaria de saudar o deputado Padre Pedro Baldissera e cumprimentá-lo pela iniciativa da realização desta sessão especial tão importante para o estado de Santa Catarina e para o nosso país.

Cumprimento dom Wilson Tadeu Jönck, arcebispo metropolitano de Florianópolis, os demais membros da mesa e todos os presentes.

Ontem, em Criciúma, minha terra natal, participei de uma missa e após o seu término fizemos uma caminhada até o Hospital São José. Ao final da caminhada conversei com dois padres que lá estavam e disse-lhes que gostaria muito, como secretário adjunto e representando o governador Raimundo Colombo e o secretário Dalmo Claro de Oliveira, de que o debate da Campanha da Fraternidade não fosse concluído, não terminasse, enquanto não houvesse um debate com todos os que lutam pela saúde.

Hoje, ao chegar à minha sala, deputado Padre Pedro Baldissera, quando vi o convite para esta sessão especial, pensei no que havia conversado ontem e na oportunidade que teria para colocar esse desejo.

Como gestor da área da saúde penso que todos aqui presentes são importantes na ajuda crítica, principalmente a Assembléia Legislativa, para superar as deficiências que o sistema tem. Já foi colocado aqui pelo deputado o quanto lutamos pela Emenda n. 29, que garante 12% dos recursos do estado para a Saúde, assim como 15% dos municípios e 10% do governo federal. O que aconteceu durante este ano? A Emenda n. 29 foi regulamentada, mas desvinculou o percentual de 10%, que garantiria

mais recursos federais à saúde de todo o Brasil. Essa foi a razão de o deputado Padre Pedro Baldissera dizer que infelizmente foi feita a regulamentação pela metade.

Mas quero falar aqui também sobre o que estamos planejando. O estado de Santa Catarina está planejando humanizar mais o sistema público de saúde pública. Essa humanização passa por todos os profissionais que o estado tem - 14 mil servidores diretos - e mais todos os hospitais conveniados, afora os 14 públicos que o estado administra. Essa humanização passa ainda pela melhoria dos prontos socorros, pela melhoria dos hospitais e, acima de tudo, dos três níveis de saúde pública.

O primeiro é o primário, que é representado pelo posto de saúde e que deve cuidar também da prevenção, que pode ser feita através dos grupos de hipertensão, de diabetes, fazendo com que as pessoas não caiam nos hospitais.

O deputado Padre Pedro Baldissera colocou muito bem que se cuidarmos do hipertenso, do diabético, das doenças crônicas, faremos com que elas não tenham derrame, não tenham infarto e tenham que ser hospitalizadas.

A atenção básica é fundamental para o sistema público de saúde. Muitos falam em hospital, hospital, hospital, mas a prevenção é o fundamental no sistema público de saúde.

O segundo nível é o secundário e refere-se às especialidades. O que o governo quer fazer agora com relação às especialidades? O governo vai criar um sistema de policlínicas em todas as regiões do estado de Santa Catarina. Assim, após o atendimento no posto de saúde, as pessoas serão encaminhadas às policlínicas de cada região com consulta com dia e hora marcados para os especialistas.

Bom, estão faltando especialistas, por isso as pessoas não conseguem agendar consultas. Reorganizando o sistema vamos ver quais especialistas estão faltando em cada região, para que o estado dê um estímulo financeiro às regiões que necessitam. Muitas pessoas saem das suas

residências, dos seus municípios para vir a Florianópolis de ambulância, de veículos locados, correndo risco nas estradas, porque lá na região não há um sistema organizado.

Um paciente que necessita de uma cirurgia de catarata, sai lá do extremo sul do estado de Santa Catarina ou de São Miguel d'Oeste para ser operado na capital. É essa reorganização do sistema que queremos fazer.

Há outros programas que gostaria de debater e é claro que teremos oportunidade de fazê-lo. Nas hoje quero cumprimentar a Igreja Católica - e eu sou católico - por essa campanha e colocar a secretaria de estado da Saúde, deputado Padre Pedro Baldissera, à disposição para debater os assuntos críticos que existem em cada região, em cada microrregião, a fim de aliviar o sofrimento de muita gente.

É verdade que as dificuldades são grandes, inclusive as financeiras, mas é preciso agir, fazer acontecer, e é isso que estamos tentando fazer. O governo, dentro da linha definida pelo governador Raimundo Colombo, as pessoas em primeiro lugar, quer chegar com o atendimento à saúde o mais humanizado e o mais próximo possível das pessoas, pois ainda há regiões que não têm serviço de radioterapia e as pessoas têm que se deslocar a Florianópolis para fazer os seus exames.

Então, há dificuldades? Há. Há avanços? Há. O SUS, a meu ver, ainda é o melhor plano de todos os que existem, mas é claro que pode ser melhorado com a ajuda de todos. E eu peço essa ajuda a todos os que aqui estão para que o estado tenha uma qualidade de serviços de saúde bem melhor.

Deputado Padre Pedro Baldissera, meus cumprimentos em nome do governo de Santa Catarina, por esta sessão especial. Coloco o governo à disposição para que, juntamente com a Assembleia Legislativa, possamos interagir durante a Campanha da Fraternidade.

Um forte abraço, muito obrigado, e estou à disposição para qualquer pergunta que porventura venha a ser feita ainda durante esta noite.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, secretário Acélio Casagrande, da Saúde de Santa Catarina.

Convido o mestre de cerimônias, Washington Luis Mignoni, para discorrer sobre a Campanha da Fraternidade de 2012.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Washington Luis Mignoni) - A Igreja Católica propõe como tema da campanha deste ano A Fraternidade e a Saúde Pública, e como lema Que a Saúde se difunda sobre a Terra. Deseja assim sensibilizar todos sobre a dura realidade de irmãos e irmãs que não têm acesso à assistência de saúde pública condizente com suas necessidades e dignidade. É uma realidade que clama por ações transformadoras. Refletir a realidade da saúde no Brasil, em vista de uma vida saudável, mobilizando o espírito fraterno e comunitário das pessoas, na atenção aos enfermos e na busca por melhoria no sistema público de saúde.

Neste momento o Poder Legislativo catarinense presta homenagem a sua excelência reverendíssima dom Wilson Tadeu Jönck, arcebispo metropolitano de Florianópolis, pela evangelização em prol da saúde, despertando nas comunidades a discussão sobre a realidade da saúde pública, na exigência de qualificação dos gestores, para o bem da comunidade.

Convido para fazer a entrega da homenagem o sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Neste momento, teremos a apresentação de um grupo de jovens da Comunidade Shalom, com a encenação de um texto do Evangelho.

O SR. CAIO CÉSAR FELIX DA SILVA - Lerei o Evangelho do Bom Samaritano, em que o Senhor nos convida a ser mais que irmãos, ser amigos, ir ao encontro do outro em suas necessidades e amá-los em suas feridas e dores.

(Passa a ler.)

23 - E, voltando-se para os discípulos, disse-lhes em particular: Bem-aventurados os olhos que veem o que vós vedes,

24 - pois vos digo que muitos profetas e reis desejaram ver o que vós vedes e não o viram; e ouvir o que ouvís e não o ouviram.

25 - E eis que se levantou certo doutor da lei, tentando-o e dizendo: Mestre, que farei para herdar a vida eterna?

26 - E ele lhe disse: Que está escrito na lei? Como lêis?

27 - E, respondendo ele, disse: Amarás ao Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todas as tuas forças, e de todo o teu entendimento e ao teu próximo como a ti mesmo.

28 - E disse-lhe: Respondeste bem; faze isso e viverás.

29 - Ele, porém, querendo justificar-se a si mesmo, disse a Jesus: E quem é o meu próximo?

30 - E, respondendo Jesus, disse: Descia um homem de Jerusalém para Jericó, e caiu nas mãos dos salteadores, os quais o despojaram e, espancando-o, se retiraram, deixando-o meio morto.

31 - E, ocasionalmente, descia pelo mesmo caminho certo sacerdote; e, vendo-o, passou de largo.

32 - E, de igual modo, também um levita, chegando àquele lugar e vendo-o, passou de largo.

33 - Mas um samaritano que ia de viagem chegou ao pé dele e, vendo-o, moveu-se de íntima compaixão.

34 - E, aproximando-se, atou-lhe as feridas, aplicando-lhes azeite e vinho; e, pondo-o sobre a sua cavalgadura, levou-o para uma estalagem e cuidou dele;

35 - E, partindo ao outro dia, tirou dois dinheiros, e deu-os ao hospedeiro, e disse-lhe: Cuida dele, e tudo o que de mais gastares eu to pagarei, quando voltar.

36 - Qual, pois, destes três te parece que foi o próximo daquele que caiu nas mãos dos salteadores?

37 - E ele disse: O que usou de misericórdia para com ele. Disse, pois, Jesus: Vai e faze da mesma maneira." [sic]

Que o Senhor nos conceda a graça de ser mais que irmãos, ser amigos! Irmãos ao encontro do outro em todas as suas necessidades e amá-los em suas feridas e dores.

(Procede-se à interpretação da música *Coração em Comunhão*, com a encenação de um grupo de jovens.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Washington Luis Mignoni) - A seguir, teremos a apresentação do Coral Santa Cecília, com as músicas da Campanha da Fraternidade de 2012 e o Hino da Santa Catarina, padroeira da arquidiocese, sob a regência do maestro padre Ney Brasil Pereira, acompanhado do Quarteto de Metais da Banda da Polícia Militar de Santa Catarina.

(Procede-se à apresentação do coral e do quarteto.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Dando continuidade à nossa sessão especial, neste momento convido para fazer uso da palavra sua excelência reverendíssima dom Wilson Tadeu Jönck, arcebispo metropolitano de Florianópolis.

O SR. DOM WILSON TADEU JÖNCK - Excelentíssimo sr. deputado Padre Pedro Baldissera; excelentíssimo sr. secretário-adjunto da Saúde, Acélio Casagrande, neste ato representando o secretário Dalmo Claro de Oliveira; srs. membros da mesa; srs. padres, religiosos e religiosas; todos os empenhados no trabalho com a saúde nas várias pastorais dentro da igreja; demais pessoas presentes.

Quero agradecer por esta oportunidade e por esta iniciativa, deputado Padre Pedro Baldissera, de nos dar este espaço para divulgar esse tema que é tão importante, um tema que é da sociedade e é de todos nós.

A Igreja Católica tem, nos últimos anos, desde 1964, o hábito de propor um tema de cunho social, e com isso mostra-nos que a nossa fé deve, de

alguma forma, iluminar a realidade e transformar a realidade em que vivemos.

Por outro lado, também com a proposta de temas sociais, dá a sua contribuição para transformar essa realidade, seja na reflexão, seja propondo caminhos bem concretos que se pode trilhar. E um desses caminhos que foi proposto, como foi lembrado nas Campanhas da Fraternidade de 1981 e de 1984, redundou exatamente naquilo que é o Sistema Único de Saúde.

Se olharmos como a Igreja Católica se coloca diante da saúde, vamos ver, através dos séculos, que talvez tenha sido a instituição quase única a se preocupar com a saúde. Ela tinha uma motivação e encontrava-a no Evangelho, que era exatamente a caridade com o próximo, a solidariedade com o necessitado, o doente. Por isso foi uma das marcas da Igreja durante toda a sua caminhada.

Muito recentemente, o governo começou a se preocupar de uma forma mais incisiva com a saúde. A Igreja fazia isso e o faz por caridade, mas quando o governo começou a se preocupar mais com a saúde, emergiu outro princípio: o da saúde como um direito do cidadão e um dever do estado. E podemos dizer que nos últimos tempos apareceu outro princípio: o da saúde como um negócio. Penso que aqui talvez não seja essa a melhor estrada.

Se olharmos todo esse trabalho e a caminhada que se foi fazendo, encontraremos agora a implantação do Sistema Único de Saúde. Eu diria mesmo que na implantação foi configurado aquilo que é um Sistema Único de Saúde, mas não foi implantado. Começa a haver muitos enrosocos, muitos gargalos, e quem deveria fazer a gestão, ou de alguma forma administrar, encontra dificuldades e o Sistema Único de Saúde não é implantado de verdade.

Mas se olharmos um pouco aquilo que é a saúde durante a caminhada e, sobretudo, nos últimos anos, gostaria de lembrar aquilo que o nosso manual coloca: a Meta do Milênio, que é exatamente a proposta das Nações Unidas para que se consiga sair do subdesenvolvimento, e isso atinge também a área da saúde.

Na realidade, são oito metas: redução da fome no mundo; educação básica para todos; igualdade entre os sexos e maior autonomia e dignidade para a mulher; redução da mortalidade infantil; melhoria da saúde materna; combate às epidemias e às doenças; garantia da sustentabilidade ambiental; e parcerias para o desenvolvimento.

São oito metas que as Nações Unidas se propuseram a desenvolver e implementar no mundo todo. E, sobretudo, penso que podemos citar quatro dessas metas, pois envolvem a saúde, com alguns bons resultados.

Se nós olharmos a redução da mortalidade infantil, de fato isso aconteceu. Se há alguns anos a mortalidade infantil chegava perto de 70 por mil, hoje ela está abaixo de 20. Eu diria que o maior mérito disso é da Pastoral da Criança, que saiu a campo com um batalhão de voluntários e com ações muito simples, mas determinadas, conseguiu mudar essa situação. Há um progresso nesse sentido.

Também no tocante à saúde materna foram dados passos nos últimos anos. Já no combate às epidemias e doenças, podemos ver as campanhas pontuais de sucessivos governos exatamente para combatê-las. Podemos dizer não deram conta da dengue ainda, pois ela é meio resistente, mas foram muitas campanhas com benefícios muito grandes para toda a sociedade.

Há ainda a garantia da sustentabilidade ambiental. Aqui também se procura dar alguns passos, tímidos ainda, eu diria.

Falando agora do Sistema Único de Saúde, gostaria de lembrar alguns dos seus princípios, não para explicá-los, mas exatamente para entender a quantas nós andamos.

O Sistema Único de Saúde se baseia em três conceitos básicos: a universalidade, a integridade e a equidade. Em outras palavras, fazer com que todos tenham o serviço de saúde. Ele deve ser executado através de princípios, que são chamados princípios organizacionais. O primeiro deles é a regionalidade, regionalizar o sistema de saúde - e está a caminho.

O nosso secretário falou muito bem das metas e que há o que fazer. Nós ficamos muito contentes de saber que se está tomando providências e que não será preciso vir para Florianópolis, pois haverá outros centros que poderão dar um atendimento adequado ao menos para a maioria dos doentes que buscam o sistema de saúde.

O segundo princípio organizacional é exatamente a hierarquização, colocada também pelo secretário. Eu penso, secretário, que o sistema é bom. Há aquele nível básico, o nível primário, o nível secundário, o nível terciário e o nível quaternário, se for necessário. Eu creio que o mais importante aqui é que haja um esclarecimento, que se decida por esse sistema mesmo, que ninguém vá buscar um hospital grande em primeiro lugar, mas vá buscar as unidades de saúde. E parece-me que elas de fato vão acontecer por todos os lados.

Este é um dos princípios do Sistema Único de Saúde: que aquele primeiro atendimento - que certamente atenderá a metade, ao menos, daqueles que procuram um médico, um hospital - seja feito nessa unidade. E daí irá encaminhar-se para um segundo atendimento, que será feito num hospital, com um atendimento mais perfeito, e assim por diante. E que isso realmente possa acontecer.

Vejo que se está fazendo isso nesse primeiro nível, e no segundo e no terceiro níveis eu não vejo tanto assim. Mas penso que é necessário que consigamos resolver essas questões, e os princípios estão aqui, basta colocá-los em prática.

Temos que pensar na descentralização, em distribuir a responsabilidade entre os vários líderes do governo, e aqui a coisa anda meio confusa. Há pouco o deputado Padre Pedro Baldissera falou que o governo do estado deve dispor 12% para a Saúde, mas não é obrigado a isso. Da parte do governo federal não se sabe, fica um pouco a bel-prazer, e o município deve investir 15%.

Mas cada um desses níveis deve ser responsável por um atendimento, e o município deveria dispor, ao menos, desse nível básico, que é o Sistema

Único de Saúde. Mas é claro, há muitas coisas que precisam ser realizadas. No meu modo de entender essa situação depende demais do governo federal, pois essa verba, que sempre é negociada, fica curta. Essa é uma realidade!

O princípio do SUS é a racionalização e a resolução, fruto da regionalização, em que certas coisas devem ser resolvidas, quando possível, no local mais perto de onde a pessoa mora. Se a maioria das coisas pudesse ser resolvida dessa forma, seria importante.

Os dois últimos princípios se referem exatamente à complementação do setor privado, e aqui a sociedade tem dado a sua contribuição, tanto o setor empresarial quanto a população de um modo geral, que sempre colaborou com as campanhas da Saúde. Inclusive, grande parte daquilo que temos é mantido mesmo pela população. O último princípio refere-se à participação da comunidade, sobretudo nos Conselhos de Saúde e nas conferências.

O Conselho de Saúde é uma instância obrigatória e deve pronunciar-se para aprovar as políticas de saúde do administrador, do gestor, e creio que possamos aperfeiçoá-lo participando, colocando lá pessoas competentes e fazendo com que esse conselho, de fato, seja uma instância viva de representação da sociedade na aprovação e na fiscalização das políticas.

As conferências reúnem-se mais esporadicamente e avaliam todo o sistema, a caminhada e a necessidade da mudança de rumos.

Quanto ao Sistema Único de Saúde, existem coisas que, segundo acredito, se colocadas em prática, ficarão muito boas. Então, queremos fortalecer, através da Campanha da Fraternidade, essas questões. A Igreja trabalha como uma força subsidiária, porque não é ela que vai fazer acontecer isso, mas ela pode ser uma expressão da sociedade para ajudar quem de fato deve tomar as decisões, quem tem a responsabilidade de dar rumo às políticas sobre a saúde. A Igreja quer dar essa contribuição através de reflexão, colaborando para implementar aquilo que for decidido.

Algumas coisas talvez possamos lembrar novamente, recordar. A primeira delas é que um dos principais gastos na área da saúde é com as doenças não transmissíveis, sobretudo duas: as doenças cardiovasculares e as geradas pela diabetes. Boa parte do dinheiro que se gasta na Saúde, de um modo geral, é por conta desse tipo de doenças que boa parte delas não precisa de internação, apenas de prevenção, de acompanhamento.

Então, quando falamos em saúde, essa é uma parte que necessita de investimentos, pois atinge mais da metade dos nossos doentes.

Gostaria também de chamar a atenção para a realidade dos nossos hospitais, principalmente dos grandes, onde há um cenário, para usar uma palavra antiga, dantesco, porque parece que há um empilhamento de doentes. Isso a gente não gostaria de ver. Eu não gostaria de estar lá e não me sentiria bem ver um irmão meu naquela situação. Acho que devemos fazer alguma coisa imediatamente. Há que se superar essa situação, seja construindo mais hospitais ou distribuindo melhor a renda. Temos que ter uma solução urgente!

Outra coisa que nos preocupa é a falta de profissionais. Não sei se falta em números totais, mas há muitas regiões que não são atendidas por médicos. Há muitas áreas de saúde que são mal atendidas por médicos e isso deve ser superado. Parece-me que esse problema será solucionado com bons salários, remuneração justa, uma política adequada nesse sentido.

Quero ainda abordar outro assunto - e agora gostaria de falar diretamente ao nosso secretário - com relação àquela tabela do SUS, que é uma vergonha. A nossa arquidiocese possui um hospital há muito tempo, em Azambuja, na cidade de Brusque, vocês devem conhecer bem, que tem convênio com o SUS, mas aquilo que o convênio paga não cobre nem a metade do custo do doente. E o resto? A coisa não pode ficar assim!

O Brasil cresceu nos últimos anos. A renda do brasileiro cresceu. A renda do governo mais ainda.

Por isso deve sobrar mais para ser aplicado na saúde.

(Palmas)

Quero, finalizando, agradecer mais uma vez esta oportunidade. Gostaria que todas as pessoas aqui presentes pensassem que esses temas que foram levantados durante esta sessão merecem uma atenção especial, uma reflexão e que se juntos buscarmos solucioná-los, alguma coisa pelo menos ficará melhor encaminhada, tenho certeza. E se isso acontecer a partir da reflexão do tema que a Campanha da Fraternidade sugere, ficaremos muito contentes.

Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera, por essa iniciativa, e que de fato possamos caminhar, juntamente com o nosso secretário e com o nosso governador, para solucionar as questões que foram abordadas nesta noite!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Agradecemos as sábias palavras do nosso bispo, dom Wilson Tadeu Jönck, que certamente desafiam todos para que, através de nossas ações, possamos sempre, cada vez mais, fazer valer aquilo que a Constituição prescreve e que se dá a partir do conhecimento e da mobilização de toda a sociedade.

A Igreja tem sido protagonista do debate sobre o SUS e vem em boa hora trazer novamente à tona essa questão à sociedade. É claro que fica sempre um desafio para cada um de nós: como cuidamos da nossa saúde? Devemos cobrar do estado porque a saúde é um direito de cada um de nós? Qual é o trato que dou para mim? Esse é um desafio de todos nós. A boa saúde parte também das nossas relações, da nossa convivência e passa por aquilo que ingerimos no dia a dia da vida. É preciso que façamos essas reflexões e, acima de tudo, que tenhamos realmente o SUS ao alcance de todos os cidadãos.

Nesse sentido, quero, de coração, agradecer a participação de todas as pessoas que fizeram parte

da mesa, aos convidados, a dom Wilson Tadeu Jönck, a Ademir Freitas, secretário executivo da Regional Sul; ao secretário adjunto da Saúde, Acélio Casagrande, aos que aqui representaram as várias pastorais, aos padres, às irmãs, aos religiosos, às religiosas, aos seminaristas, aos estudantes que estão-se preparando para a missão de irmã ou de padre, ao nosso coral.

Agradeço também à imprensa, às nossas taquígrafas, à Assembleia Legislativa, em nome do nosso presidente, deputado Gelson Merisio.

A Presidência convida todos para, de pé, ouvirem a interpretação do Hino de Santa Catarina pelo Coral Santa Cecília, sob a regência do maestro padre Ney Brasil Pereira, acompanhado do Quarteto de Metais da Banda da Polícia Militar de Santa Catarina.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Esta Presidência, agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com seu comparecimento e antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

